

de apoio aos investimentos estrangeiros no Brasil, e essa ressalva era constante da parte dos que acusavam a infiltração desses capitais na imprensa, no rádio e na televisão: eram contra isso, apenas porque era vedado pela Constituição; desejavam apenas igualdade de condições para fazer o mesmo. É claro que sem a apreciação de todos os dados do problema este não tinha condições de elucidação. Era preciso examinar, além de acordos firmados com empresas estrangeiras congêneres, aspectos outros, entre os quais se destacava, naturalmente, o do poder exercido pelas agências estrangeiras de publicidade. Mas não apenas esse aspecto; outros mereciam acurado exame: o da influência e papel das instituições oficiais de crédito; o da importância dos fornecimentos de papel; o dos poderes dos proprietários de empresas; o das concessões de canais de rádio e de televisão, com o histórico dos já efetivados e em vigência etc., etc.

Jornais e revistas — para só examinar o caso da imprensa — são submetidos a condicionamentos os mais diversos: ao poder público, no que diz respeito aos fornecimentos de papel e outros produtos importados, como as máquinas em particular, sem falar no que diz respeito aos empréstimos, aos financiamentos, às isenções de impostos, aos favores fiscais e cambiais etc., etc. — e sem mencionar o problema da censura; aos próprios proprietários das empresas, particularmente as brasileiras do tipo familiar, de jornais herdados, com as ligações pessoais desses proprietários no mundo dos negócios e no mundo político, além daquilo que caracteriza tais chefes de empresa como situação de classe; às agências de notícias, todas estrangeiras, de que dependem inteiramente para a informação do exterior; às agências de publicidade, também estrangeiras, que distribuem a propaganda dos grandes monopólios, também estrangeiros, que operam no país⁽³⁷⁸⁾. A liberdade de imprensa, “como de resto qualquer outra concepção — escreveria um ensaísta — requer uma adaptação contínua às necessidades sociais emergentes, sob pena de se transformar na negação de si mesma e numa simples ideologia de dominação”⁽³⁷⁹⁾. A imprensa, realmente, torna-se o contrário do que era, e particularmente do que deveria ser, na medida em que se desenvolve, na sociedade capitalista. O jornal é menos livre

(378) Délio Matos, diretor responsável do *Diário Carioca*, que desapareceu em 31 de dezembro de 1965, publicando edição retrospectiva, ao mesmo tempo que negava ter sido o jornal vendido ao grupo *Time-Life*, explicava que o jornal fora fundado e funcionara sempre dentro de uma concepção romântica de jornalismo, e não poderia sobreviver, em termos de empresa industrialmente organizada.

(379) Luciano Martins: “O problema da liberdade de imprensa”, in *O Semanário*, Rio, 16 de novembro de 1963.